



---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

## *União da Vitória*

PRODUTO 2.20  
PROPOSTAS PARA O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVE



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário

LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente

ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da  
Região Metropolitana e Litoral

JOSÉ FERNANDO DILLENBURG Coordenador ER Cascavel

CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava

ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

## **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**

Prefeito

BACHIR ABBAS

## **SUPERVISÃO**

**Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**

**Diretoria de Operações**



---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

## *União da Vitória*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 13/2020 (5691)

REF.: CONCORRÊNCIA NA MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO Nº 01/2019

Outubro / 2021



## APRESENTAÇÃO

Este documento contempla a fase da Análise Temática Integrada (ATI) da Revisão do Plano Diretor Municipal de União da Vitória quanto às Propostas para Direito à Cidade Sustentável. Os serviços prestados decorrem do Contrato de Prestação de Serviços contrato nº 13/2012020 (5691), celebrado entre a empresa Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda e a Prefeitura Municipal de União da Vitória. Está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Concorrência na modalidade Técnica e Preço nº 01/2019, referente à contratação de empresa especializada para a Revisão do Plano Diretor Municipal de União da Vitória.

Define os objetivos para o desenvolvimento visando a garantia dos direitos dos cidadãos tomando por base o contido nas Agenda 21 e 2030 da ONU e a Nova Agenda Urbana para a Inovação, Inteligência e Sustentabilidade das cidades em conjugação com a Análise Temática do Município. Baseia-se também no contido no Estatuto da Cidades no seu artigo 2º para garantir o direito à cidade sustentável e sua gestão democrática

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>5</b>
<b>RESPONSÁVEIS TÉCNICOS .....</b>	<b>7</b>
<b>1. PROPOSTAS PARA GARANTIR O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1. PROPOSTAS DO EIXO AMBIENTAL .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2. PROPOSTAS DO EIXO SOCIOESPACIAL.....</b>	<b>20</b>
1.2.1. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À TERRA URBANA E MORADIA .....	20
1.2.2. PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS .....	23
1.2.3. PROPOSTAS DE SANEAMENTO AMBIENTAL.....	30
1.2.4. PROPOSTAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E TRANSPORTE .....	37
<b>1.3. PROPOSTAS DO EIXO ECONÔMICO (TRABALHO E LAZER) .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: RELAÇÃO DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE COM OS “ODS” .....	11
QUADRO 2: CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	13
QUADRO 3: RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS URBANAS INUNDÁVEIS .....	14
QUADRO 4: CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS.....	16
QUADRO 5: RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS).....	17
QUADRO 6: CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM .....	18
QUADRO 7: MANEJO DE AGROTÓXICOS E PRODUTOS PERIGOSOS .....	19
QUADRO 8: PROPOSIÇÃO PARA A GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE.....	22
QUADRO 9: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS - SAÚDE .....	24
QUADRO 10: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – EDUCAÇÃO .....	25
QUADRO 11: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	26
QUADRO 12: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – SEGURANÇA PÚBLICA .....	27
QUADRO 13: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO.....	28
QUADRO 14: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – CULTURA .....	29
QUADRO 15: PROPOSIÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	31



QUADRO 16: PROPOSIÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	32
QUADRO 17: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA ÁREA URBANA.....	33
QUADRO 18: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECICLÁVEIS E LIMPEZA PÚBLICA.....	35
QUADRO 19: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE SAÚDE E DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS .....	36
QUADRO 20: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO, ESTACIONAMENTO E TRANSPORTE AÉREO.....	38
QUADRO 21: MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA CICLOVIÁRIO.....	39
QUADRO 22: IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO.....	40
QUADRO 23: DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO .....	42
QUADRO 24: DESENVOLVIMENTO SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO .....	43
QUADRO 25: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	44
QUADRO 26: DESENVOLVIMENTO DO SETOR TURÍSTICO .....	45



## RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

### CONSULTORIA CONTRATADA

TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA

#### COORDENAÇÃO GERAL

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

#### COORDENAÇÃO TÉCNICA

LETICIA PERET ANTUNES HARDT  
VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A3137-2  
Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

#### EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

MIRNA CORTOPASSI LOBO  
DIOGO CORTOPASSI LOBO  
HELDER RAFAEL NOCKO  
FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA  
ANA PAULA WOSNIAK  
MICHELLI GONÇALVES STUMM  
BRUNO DESCHAMPS MEIRINHO  
DENISON BARCICK ALVES  
MARIA DAS GRAÇAS MÁFIA ARAÚJO  
GIORDANA ELAINE BALAO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2  
Engenheiro Civil CREA/PR 53933/D  
Engenheiro Ambiental CREA/PR 86285/D  
Geógrafo, CREA/PR 27916/D  
Geóloga, CREA/PR 30050/D  
Economista, CORECON 8551  
Advogado, OAB/PR 48641  
Administrador CRA/PR 20-31109  
Cientista Social  
Representante Local e Facilitadora

#### EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

CAROLINE NAYARA RECH  
GABRIELA GROSSI F. DE PELLEGRINI  
BRUNO RUCHINSKI DE SOUZA  
RENATA SATIKO AKIYAMA  
CRISTINA HARUMI WASHIMI

Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3  
Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2  
Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D  
Arquiteta e Urbanista CAU A38243-4  
Arquiteta e Urbanista CAU 275790-7

#### EQUIPE DE APOIO

HELLEN CHAIANE DOS SANTOS  
ALBERTO LOPES DAL'OSTO  
MARIANE BASTOS DE LIMA  
WANDERSON SCHMIDT AMARAL

Administrativo / Financeiro  
Administrativo / Logística  
Acadêmica em arquitetura  
Acadêmico em arquitetura



### **EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

Instituída pelo **DECRETO Nº 111/2021**, de 04 de fevereiro de 2021

#### **COORDENAÇÃO**

ANDRÉ OTTO HOCHSTEIN

Secretário Municipal de Planejamento,  
CREA/PR 127056/D

#### **EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

ALFEU DOS SANTOS JUNIOR

MARIA EDUARDA NEDOCHEKTO

WILSON BALARDINI

ANTONIO OSCAR NHOATTO

CÉSAR AUGUSTO STRAPASSOLA

Coordenador de Planejamento Urbano

Supervisora de Aplicação do Plano Diretor

Chefe do Cadastro Técnico Imobiliário

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Secretário Municipal de Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento

JONATHAN ECKS

Geólogo

RICARDO HENRIQUE CAMARGO OLISKOWSKI

Advogado

### **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

ADY DE LIMA

Conselho de Desenvolvimento Rural

CRISTIANO TCHUVAIFF

Conselho de Desenvolvimento Rural

GILDA BOTÃO

Conselho de Desenvolvimento Urbano

MARLI OANIESKI

Diretora de Assistência Social

PAULA FERSCH

Conselho de Desenvolvimento Rural

PAULO PANACIONI

Conselho de Desenvolvimento Urbano

### **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO**

Instituída pelo **DECRETO Nº 186/2020**, de 27 de abril de 2020

ARAMIS AYRES DOMIT

AEAVI

LUCIANO EDINEI KARPOVISCH

CDL

DAGO ALFREDO WOHL

SEC – CORPRERI

MARIO VICENTE PEDROSO

CRECI

### **SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE**

Nágila Terezinha Freiria

Analista de Desenvolvimento Municipal

## 1. PROPOSTAS PARA GARANTIR O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL

Marta Romero (2006) aborda o tema da sustentabilidade nas cidades como uma perspectiva processual, trazendo o conceito para a cidade, ampliando a visão além da simples dimensão ecológica. Propõe um “urbanismo sustentável”, baseado em premissas de desenho participativo, arquitetura da paisagem e eficiência energética:

“A construção da sustentabilidade nas cidades brasileiras significa enfrentar várias questões desafiadoras, como a concentração de renda e a enorme desigualdade econômica e social, o difícil acesso à educação de boa qualidade e ao saneamento ambiental além da degradação dos meios construídos e natural e dos acentuados problemas de mobilidade e acessibilidade” (ROMERO, 2006, p. 55).

Sendo assim, o planejamento municipal sustentável aborda os problemas socioambientais, econômicos, e territoriais para possibilitar o gerenciamento ambiental do município que impacta a gestão dos recursos hídricos, em harmonia com as políticas setoriais de uso do solo, educação e saúde, dentre outras.

O desenvolvimento urbano sustentável entrou na pauta do planejamento municipal, buscando a eliminação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais.

O princípio do direito à cidade ganha novos contornos com o Estatuto da Cidade e amplia sua abrangência, incorporando o direito à terra urbana, ao saneamento, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Durante os anos 2000, houve um avanço na institucionalização e na execução de políticas públicas de infraestrutura urbana no Brasil, com o reconhecimento jurídico e o aumento dos investimentos nessas políticas. A criação do Ministério das Cidades (MCidades), em 2003, passou a concentrar o financiamento e a execução de políticas relacionadas à habitação, à regularização fundiária, ao planejamento urbano, ao transporte, à mobilidade e ao saneamento (CAFRUNE, 2016). Foi estabelecido também um processo de gestão democrática das políticas urbanas federais, por meio das Conferências das Cidades e do Conselho das Cidades (ConCidades).

No entanto, a institucionalização das políticas urbanas com participação social, que implicou a ampliação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, não se traduziu em transformações urbanas capazes de reverter os processos de urbanização dominantes. A reunião das políticas setoriais no Ministério das Cidades não significou sua maior integração no território, nem se materializou no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (Cafrune (2016, apud IPEA, s.d.).

O descolamento entre o processo de construção do espaço urbano e as necessidades das pessoas (Rolnik, 2016) ou, ainda, as novas demandas por cidade (Maricato, 2016) ou a

reivindicação do exercício do direito à cidade (Cafrune, 2016) podem ser explicações para os movimentos que aconteceram no Brasil, a partir de 2013. As cidades passaram a vivenciar manifestações por direitos de viver, usar e produzir o espaço urbano, que, na visão de Cafrune (2016), representam expressões da luta urbana que trazem outra perspectiva do direito à cidade.

A ocupação dos espaços públicos (Movimento Passe Livre) ou de espaços de acesso público (“rolezinhos” nos shopping centers) para reivindicar novas formas de construção e de vivência do espaço urbano deixa explícita a importância e a necessidade da apropriação desses espaços por todos os habitantes da cidade. A apropriação dos espaços públicos pela sociedade, enquanto espaços da diversidade, do exercício das relações comunitárias, do lazer e do exercício da cidadania, é um dos temas estruturantes da Nova Agenda Urbana (Cafrune, 2016).

A expectativa de que o desenho e a gestão de espaços públicos socialmente inclusivos e seguros contribuam para a redução das desigualdades urbanas e da criminalidade é tão expressiva, que uma das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 “Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis” da ONU é “até 2030, garantir acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência” (IPEA, s.d).

Com vistas a promover o desenvolvimento e o direito à cidade sustentável de União da Vitória, este documento apresenta Propostas Específicas, as quais estão enquadradas às dimensões da sustentabilidade: ambiental, socioespacial, econômica e institucional e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela Agenda 2030 (**QUADRO 1**). As ações das propostas específicas serão objeto do Plano de Ação e Investimentos.

**QUADRO 1: RELAÇÃO DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE COM OS “ODS”**

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	ODS RELACIONADOS
<p><b>1 - Ambiental</b></p>	   
<p><b>2 – Socioespacial</b></p> <p>Uso e Ocupação do Solo</p> <p>Serviços Públicos</p> <p>Saneamento Ambiental</p> <p>Infraestrutura Urbana e Transporte</p>	       
<p><b>3 - Econômica</b></p>	   
<p><b>4 - Institucional</b></p>	

Fonte: CNM, 2016.



## **1.1. PROPOSTAS DO EIXO AMBIENTAL**

As propostas para o Eixo Ambiental consistem na determinação de programas e projetos que objetivam adequar as condições ambientais do município de União da Vitória, considerando a configuração atual dos recursos naturais existentes, as cheias do Rio Iguaçu sobre a sede urbana e a projeção de melhorias da qualidade ambiental no município.

Estas têm como principal objetivo incentivar a conservação e a preservação dos recursos naturais, especialmente os relacionados aos recursos hídricos e remanescentes florestais, bem como a valorização da paisagem e arborização urbana.

Nos quadros que seguem, estão apresentadas as proposições para o Eixo Ambiental, com as justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS), e com as diretrizes previstas para a conservação e preservação ambiental, assim como a conscientização e valorização do meio ambiente, considerando as características do município de União da Vitória.

## QUADRO 2: CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

<b>EIXO (E)</b>	<b>E1 - AMBIENTAL</b>		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P1 - CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS</b>		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	Tendo em vista a extensa rede hídrica do município, destacando-se importantes rios de importância municipal e regional, como o rio Iguazu, rio Vermelho, rio da Areia, dentre outros, há que se buscar a conservação da qualidade ambiental destes, por meio de conscientização, fiscalização e realização de obras estruturais, tais como de drenagem, para evitar erosões e assoreamento dos leitos dos rios, de saneamento, dentre outras. Atualmente, verificam-se impactos ambientais negativos, como ocupação das margens do Rio Iguazu sujeitas à inundação, poluição das águas e solo pela inexistência de tratamento de esgotos sanitários domésticos, ausência de fiscalização dos efluentes de empresas e indústrias poluentes, dentre outros, que deverão ser recuperados ambientalmente.		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Todo o município (sede urbana, distritos e área rural).		
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS</b>	<b>AMBIENTAL</b>	   	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Instituir a Política Municipal de Recursos Hídricos estabelecendo normas e diretrizes para a conservação e preservação dos recursos hídricos, através da criação do sistema municipal de gerenciamento dos recursos hídricos.		
<b>2</b>	Elaborar e implementar programa de conservação e proteção dos recursos hídricos municipais que contemple ações para melhoria do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário, para a preservação dos fundos de vale, proteção das nascentes, recomposição das APPs, entre outras, sendo prioritárias as ações na área do manancial de abastecimento do Município (rio Iguazu)		
<b>3</b>	Estabelecer sistema de monitoramento e acompanhamento sistemático da qualidade hídrica dos mananciais que abastecem o município em parceria com a SANEPAR e o respectivo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica		
<b>4</b>	Realizar rígida fiscalização dos usos e ocupação do solo na sede urbana, especialmente sobre área de manancial de abastecimento público de água e do Distrito Industrial (em área urbana). No caso da área rural sobre manancial, proceder à conscientização dos proprietários ali assentados para adoção de práticas sustentáveis em suas atividades produtivas, como por exemplo os cultivos orgânicos.		
<b>4</b>	Auxiliar na implementação de programas de manejo integrado dos solos, recursos hídricos e uso de técnicas ou sistemas de controle de enchentes e deslizamentos (programa de prevenção, contenção e recuperação), visando o combate a enchentes, alagamentos e deslizamentos, bem como ao assoreamento dos cursos d'água e a recuperação de áreas degradadas (urbanas e rurais), incluindo e incentivando a participação da iniciativa pública e privada.		
<b>5</b>	Elaborar estudos em parceria com instituições acadêmicas sobre a possibilidade de captação de água do Rio Vermelho, na Serra da Esperança, contemplando a qualidade, capacidade hídrica, capacidade de armazenamento e distribuição das águas.		

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 3: RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS URBANAS INUNDÁVEIS

<b>EIXO (E)</b>	E1 - AMBIENTAL		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P2 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS URBANAS INUNDÁVEIS		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	Em função da topografia plana da sede urbana de União da Vitória e pela malha consolidada ter ocorrido ao longo do rio Iguaçu, há severas situações de cheias recorrentes ao longo dos anos. Torna-se imprescindível desenvolver trabalho conjunto com a defesa civil para fiscalizar a ocupação em áreas de vulnerabilidade ambiental, sujeitas à inundações e a movimentos de massa (deslizamentos), como forma de proteção à vida, com tempo de recorrência de até 10 anos (cota 746,75) <sup>1</sup> . Há que se recuperar ambientalmente as áreas urbanas inundáveis, restringindo o uso e ocupação dessas áreas, criando parques lineares e áreas de preservação e conservação ambiental, proibindo realização de aterros irregulares, dentre outros. Adicionalmente faz-se necessária a atualização dos estudos técnico-científicos, para ajustes ou ratificação das definições dos tempos de recorrência das cheias até o tempo de 100 anos (cota 749,50) <sup>1</sup> de recorrência.		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana.		
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS</b>	<b>AMBIENTAL</b>	   	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Elaborar e implementar o Plano de Drenagem Urbana.		
<b>2</b>	Fiscalizar em conjunto com a Defesa Civil a ocupação em áreas de vulnerabilidade ambiental, sujeitas à inundações e a movimentos de massa (deslizamentos), como forma de proteção à vida, em especial as áreas de inundações, com tempo de recorrência de até 10 anos (cota 746,75) <sup>1</sup> ;		
<b>3</b>	Implementar parques lineares nas áreas inundáveis dos rios Iguaçu, D'Areia, Vermelho e Guabirola, na área integrante à Zona Especial de Recuperação (ZER), destinadas à preservação em caráter permanente e a faixa restante até os 10 anos de tempo de recorrência não incentivar novas ocupações e sim os usos recreacionais;		
<b>4</b>	Efetivar as ações preconizadas pelo Projeto HG 203 <sup>2</sup> , relativas às Medidas Estruturais <sup>2</sup> a serem implementadas para a contenção hidráulica das cheias do Rio Iguaçu, de modo a minimizar os eventos de cheias.		
<b>5</b>	Elaborar estudos técnicos hidrológicos atualizados sobre os níveis das cheias em União da Vitória, tendo como referência os estudos do TUCCI & VILLANUEVA (1997).		

<sup>1</sup> Cotas de enchente em função do tempo de retorno estabelecidas no estudo técnico de Tucci & Villanueva, 1997).

<sup>2</sup> As ações propostas referem-se a dois alargamentos no leito do Rio Iguaçu e à duplicação na curva da Fazenda Brasil, ambas já aprovadas pelos técnicos do Ministério da Integração, sendo necessário recursos financeiros para a realização de Estudo Complementar ao HG-203; Projeto Básico e outro Executivo de Engenharia e Estudo Ambiental (EIA-RIMA) para as obras de proteção contra cheias.



6	Elaborar e implementar <b>Projeto de Avaliação de Riscos, Regularização e Ocupação Orientada das áreas atingidas pelas cheias com tempo de recorrência até 10 anos</b> , (na área da Ferradura, bairro São Bernardo e outros), a serem analisados caso a caso por uma Câmara Técnica. A intenção será o convívio com as cheias, desde que garantidos tecnicamente no citado estudo.
7	Elaborar estudo sobre as influências dos aterros irregulares nas áreas atingidas pelas cotas de tempo de recorrência de 5 a 10 anos.
8	Fiscalizar as áreas mineradas no município (sobretudo de extração de areia), de modo a exigir as licenças ambientais pertinentes, bem como a realização das medidas mitigadoras de reparação/recuperação da área, em conformidade com o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) específico para a área.
9	Implementar Plano de Contingência e Emergência específico para orientar a população, especialmente por meio da sinalização sonora, frente aos riscos das Cheias do rio Iguazu, bem como proceder a treinamentos práticos junto à população diretamente afetada.
10	Construir espaço Multiuso e definir e estruturar outros locais estratégicos para atender à população diretamente afetada quando da ocorrência de eventos de cheias.
11	Implantar Estação Meteorológica Municipal, por meio de recursos federais e com operacionalização em parceria com instituições de ensino superior.

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

**QUADRO 4: CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS**

<b>EIXO (E)</b>	<b>E1 - AMBIENTAL</b>		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P3 - CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS</b>		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	O município possui importante cobertura vegetal preservada em seu território, com potencial para sua otimização através da conformação de importantes corredores ecológicos de biodiversidade ou mesmo criação de unidades de conservação como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), dentre outros mecanismos legais que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Na sede urbana, há alguns morros que também merecem destaque, pela necessidade de preservação e conservação de seus maciços e utilização sustentável como é o caso do Morro do Cristo, que recebe visitação turística.		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Todo o município (sede urbana, distritos e área rural).		
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS</b>	<b>AMBIENTAL</b>	   	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Criar horto florestal e/ou viveiro e estabelecer parcerias entre setor público e privado, por meio de apoio técnico, serviços de manutenção e fornecimento de mudas para a implantação e manutenção de áreas verdes, atendendo aos critérios de uso e preservação dessas áreas.		
<b>2</b>	Identificar e categorizar pontos de coletas de dados ambientais, com a demarcação dos maciços florestais e áreas verdes públicas do território municipal de modo a implementar corredores ecológicos e de biodiversidade.		
<b>3</b>	Promover incentivos junto aos proprietários particulares municipais para instituição de unidades de conservação na categoria Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN).		
<b>4</b>	Promover o enquadramento dos Parque Urbanos e Lineares ao longo dos rios na categoria de unidade de conservação Parque Urbano, visando o recebimento de ICMS Ecológico.		
<b>5</b>	Instituir e incorporar no Município o sistema de bonificação/concessão de benefícios fiscais, aos produtores rurais, por serviços ambientais prestados, com o objetivo de ampliar o interesse do homem do campo em conservar os recursos naturais, buscando a coexistência da preservação ambiental e da atividade rural, sem que haja redução da renda da pequena propriedade.		
<b>6</b>	Promover a fiscalização contínua dos maciços florestais e áreas verdes do território municipal, garantindo sua preservação e conscientizando da população quanto à importância de sua manutenção e preservação.		

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

**QUADRO 5: RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)**

<b>EIXO (E)</b>	<b>E1 - AMBIENTAL</b>		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P4 - RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)</b>		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>As Áreas de Preservação Permanente (APPs) existentes no território municipal (tanto na área urbana quanto na rural) devem ser preservadas e recompostas mediante incentivo do poder público, quer seja por ações de conscientização e educação ambiental, quer seja por programas de doação de mudas ou mesmo fiscalização, visto a extensa rede hídrica do município e, por conseguinte, de APPs. A recuperação e manutenção das APPs visa a garantia da qualidade hídrica, dos solos e da paisagem bem como a regeneração da biota, por meio da redução dos efeitos de borda nos remanescentes florestais, formação de corredores ecológicos e especialmente, no caso das áreas urbana, na redução de ocorrências de movimentos de massas e cheias.</p> <p>Esta proposição visa implantar ações e programas sistemáticos de monitoramento e controle ambiental das áreas de preservação permanente dos recursos hídricos e topos de morro, buscando sua recuperação e manutenção dos padrões de qualidade ambiental, especialmente na sede urbana, com vistas a minimizar os eventos de movimentos de massa e cheias.</p>		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Todo o município (sede urbana, distritos e área rural).		
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS</b>	<b>AMBIENTAL</b>		
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Inventariar todas as APPs e nascentes urbanas através de levantamento <i>in loco</i> , para análise do atual estado de conservação das mesmas, com criação de banco de dados digital, integrado à base cartográfica urbana digital e cadastro técnico, com atualizações anuais.		
<b>2</b>	Desenvolver programa de limpeza e desassoreamento nos fundos de vale, rios, córregos e suas margens, em especial rios em trechos urbanos (Iguaçu, Vermelho e Areia).		
<b>3</b>	Cadastrar as edificações irregulares em APPs, sobretudo aquelas localizadas em áreas de risco.		
<b>4</b>	Distribuir mudas produzidas no horto municipal, aos interessados, para recompor as matas ciliares (APPs) dos rios municipais		
<b>5</b>	Realizar fiscalizações periódicas nas APPs municipais.		

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 6: CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM

<b>EIXO (E)</b>	E1 - AMBIENTAL		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D2 - PROMOÇÃO DA CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P1 - CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	Esta proposição visa compatibilizar os aspectos relativos à conservação dos recursos naturais e de promoção do uso público destas áreas para sua valorização ambiental, lazer, cultura, educação e circulação não motorizada, além de fornecer subsídios para um melhor planejamento ambiental. Busca-se implantar projetos e ações de ampliação da quantidade de áreas verdes públicas no município e área urbana, bem como a preservação e conservação das já existentes proporcionando a valorização ambiental e da paisagem por meio da educação ambiental sistemática, de forma a ampliar a conscientização ambiental da população e dos sistemas de fiscalização e controle ambiental.		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Todo o município (sede urbana, distritos e área rural)		
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS</b>	<b>AMBIENTAL</b>	   	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Elaborar e implementar Plano de Arborização Urbana que estabeleça critérios e procedimentos de renovação permanente da vegetação das vias e espaços públicos urbanos, inclusive no Centro, que contemple: poda, plantio, replantio da vegetação localizada nas vias públicas do Município (árvores, arbustos, forração); manutenção, intervenção ou modificação em áreas verdes (parques, praças, jardins e canteiros das avenidas)		
<b>2</b>	Instituir e implementar novas áreas verdes, tais como parques públicos e praças, distribuídas em diferentes setores de interesse ambiental e de lazer, considerando o conforto climático, sonoro e visual, pelo aumento da permeabilidade do solo, e que se constituam em marcos de referência dotados de valores cênicos e simbólicos, vinculados à imagem da cidade.		
<b>3</b>	Estabelecer parcerias entre os loteadores e o Poder Público Municipal para a implantação das áreas verdes e/ou praças nos loteamentos.		
<b>4</b>	Ampliar e aprofundar a educação ambiental junto às instituições formais de educação, à sociedade civil organizada, aos servidores públicos, aos produtores rurais e à comunidade em geral, através de divulgação e promoção de campanhas, compreendendo preservação do meio ambiente, recuperação de áreas de preservação permanente (APPs), uso racional da água, solo e remanescentes florestais, além de temas relacionadas aos sistemas de coleta, manejo e tratamento dos resíduos sólidos, fortalecendo princípios essenciais para a seleção e reciclagem dos resíduos reaproveitáveis.		
<b>6</b>	Implantar estruturas de valorização ambiental e da paisagem dos morros da sede urbana, como o Morro Dona Mercedes, Morro do Cristo, entre outros.		
<b>7</b>	Implementar o Eixo de Desenvolvimento Turístico (EIDT) ligação viária da sede urbana à porção oeste do município (PR-447 e estradas rurais) às cachoeiras existentes - “Rota das Cachoeiras” e à porção sudoeste do município (colônia Barreiros) (BR-153 e estradas rurais) - “Rota dos Imigrantes”, conforme estabelecido no Macrozoneamento Municipal.		
<b>8</b>	Estruturar o Parque Ambiental, mediante recuperação da mata ciliar com plantio de mudas nativas, implantação de sistema de drenagem, iluminação pública, pista de caminhada com pisos drenantes, estruturas de lazer como canchas esportivas, dentre outros.		
<b>9</b>	Implementar Parques Linear Urbanos (com implantação de calçada ecológica e ciclovia, etc.)		

<b>10</b>	Implementar Parque Urbano após o encerramento das atividades de mineração de extração de areia nas cavas do rio Iguaçu, na sede urbana, enquadradas sob o zoneamento de Zona Especial de Recuperação (ZER), conforme projeto estabelecido pelo escritório Jaime Lerner, que além de parque também terá a função de contenção das cheias do rio Iguaçu.
-----------	--

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 7: MANEJO DE AGROTÓXICOS E PRODUTOS PERIGOSOS

<b>EIXO (E)</b>	<b>E1 - AMBIENTAL</b>		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D2 - PROMOÇÃO DA CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL</b>		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P2 - MANEJO DE AGROTÓXICOS E PRODUTOS PERIGOSOS</b>		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	Os produtores rurais devem seguir as normas técnicas e legislações vigentes quanto ao uso, manejo e descarte correto das embalagens vazias de agrotóxicos. Propõe-se a realização, por parte do poder público, de ações conjuntas de incentivo e instalação de barracões comunitários para recebimento de embalagens de defensivos agrícolas, com apoio de instituições afins e revendedores, para o recolhimento, armazenamento, manuseio e envio aos órgãos de reciclagem, conforme legislação federal e estadual existente. Em paralelo, necessita-se da constante fiscalização municipal quanto ao cumprimento das restrições legais acerca do uso dos agrotóxicos e produtos perigosos em geral, sobretudo nas áreas de manancial de abastecimento público, cujos usos são proibidos.		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Todo o município.		
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE/ ODS</b>	<b>AMBIENTAL</b>	   	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Restringir o uso de agrotóxicos nas áreas de mananciais de abastecimento de água		
<b>2</b>	Proibir a instalação de estabelecimentos como barracões e depósitos de pesticidas, agrotóxicos, defensivos agrícolas, todo e qualquer produto químico que possa gerar algum tipo de toxicidade nas áreas urbanizadas do Município.		
<b>3</b>	Fiscalizar e monitorar os agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural, tais como: esgotos clandestinos ligados à rede de captação pluvial; fossas sépticas rudimentares, resíduos sólidos dispostos inadequadamente e não tratados, ferros-velhos, oficinas mecânicas, atividades econômicas - agropecuárias, industriais e agroindustriais - potencialmente poluidoras, disposição inadequada de resíduos na área rural (agrotóxicos, defensivos agrícolas, fertilizantes, esgotos domiciliares das comunidades rurais), entre outros.		
<b>4</b>	Incentivar a instalação no município, de barracões comunitários de recebimento de embalagens de defensivos agrícolas, com apoio de revendedores, para o recolhimento, armazenamento, manuseio e envio aos órgãos de reciclagem, conforme legislação federal e estadual existente.		

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

## 1.2. PROPOSTAS DO EIXO SOCIOESPACIAL

As propostas do Eixo Socioespacial consistem na determinação de programas e projetos que objetivam adequar os Equipamentos, Moradias, Infraestruturas e Serviços públicos ofertados aos seus habitantes, buscando sua ampliação e otimização tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população e a prospecção para os próximos 10 anos.

As proposições que seguem visam a adequação dos diversos sistemas que integram a rede de serviços e os equipamentos públicos disponíveis à população, sendo subdivididas para o Eixo Socioespacial, da seguinte forma:

- Propostas para garantir os direitos à terra urbana e moradia (habitação);
- Propostas para os serviços públicos (saúde, educação, cultura, esporte, lazer, serviços sociais, segurança);
- Propostas de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos);
- Propostas de infraestrutura urbana e transporte (circulação, transporte, acessibilidade, energia elétrica, iluminação pública e comunicação).

Nos quadros a seguir, estão relacionadas as justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (ODS), e com as diretrizes previstas.

### 1.2.1. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À TERRA URBANA E MORADIA

Nos últimos anos, o conceito de direito à moradia adequada tem estado integrado ao conceito de cidade sustentável. O direito humano à cidade sustentável é estabelecido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações presentes e futuras (DEHSCA BRASIL, 2008).

De acordo com o Produto 2.9 (*Condições de Moradia e Fundiária*), elaborado na Fase 2 da presente revisão do PDM, foram abordados aspectos do Déficit Habitacional e União da Vitória tem índices bastante elevados, segundo Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS/COHAPAR (2019), ratificados pela Companhia Municipal de Desenvolvimento e Habitação de União da Vitória (CIAHAB, 2020). Por outro lado, considerando dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) houve aumento dos domicílios vagos e também dos domicílios particulares permanentes considerados totalmente adequados. No entanto, incapazes de suprir a demanda por moradia pela população de mais baixa renda.

No tocante aos vazios urbanos existentes na sede urbana, verificam-se imensas glebas ainda não parceladas, detalhados no Produto 2.8 (*Expansão urbana versus capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos*), com áreas potenciais para produção de moradia a todas as faixas salariais ou outra função social da propriedade. Assim, o parcelamento compulsório, seguido do IPTU Progressivo no Tempo, configuram-se em



importantes instrumentos urbanísticos para minimizar ou mesmo evitar lotes ociosos e a especulação imobiliária.

### QUADRO 8: PROPOSIÇÃO PARA A GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE

<b>EIXO (E)</b>	E2 - SOCIOESPACIAL		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D1 - SUSTENTABILIDADE E ESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P1- GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	O acesso à moradia adequada deve estar integrado ao conceito de cidade sustentável. Desse modo, União da Vitória necessita promover mudanças estruturais tanto físicas quanto conceituais a fim de ampliar o direito a seus munícipes, à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos de maneira adequada e integrada.		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana, distritos e localidades rurais.		
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS</b>	<b>SOCIOESPACIAL (USO E OCUPAÇÃO DO SOLO)</b>		 
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Controlar a dinâmica do mercado imobiliário através da aplicação da legislação de uso e ocupação do solo, bem como dos instrumentos urbanísticos, que induzirão o crescimento ordenado da cidade, valorizando setores diversos para parcelamentos, negócios e edificações.		
<b>2</b>	Promover a ocupação dos vazios urbanos, por meio da implantação das diretrizes e conexões viárias propostas, consolidação dos Setores Estruturais propostos, sobretudo no distrito de São Cristóvão (Avenidas Abilon Souza Naves Paula Freitas).		
<b>3</b>	Promover a implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) previstas na da legislação de uso e ocupação do solo, além da proposição de novas, quando necessário.		
<b>4</b>	Elaborar a revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).		
<b>5</b>	Promover levantamento das áreas ocupadas irregularmente para verificar a possibilidade de regularização fundiária e urbanização adequada dos pontos identificados, bem como necessidade de remoção das famílias assentadas indevidamente.		
<b>6</b>	Promover levantamento das áreas de interesse ambiental (fundos de vale - APPs, com declividade superior a 30%, áreas de risco, topo de morro, etc.) ocupadas irregularmente, para subsidiar intervenção e realocação.		
<b>7</b>	Firmar parceria com a IAT para realização da revisão das divisas municipais (União da Vitória/Porto Vitória), para avaliação dos limites oficiais e se for o caso, proceder aos trâmites de adequações, junto à Assembleia Legislativa Estadual.		

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### **1.2.2. PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS**

A dimensão sociocultural pode ser considerada como um aspecto fundamental para o desenvolvimento das cidades. Além de permitir a interação das comunidades por meio de políticas culturais, esteja intimamente ligada à formação da identidade de indivíduos e comunidades e ao senso de pertencimento das pessoas em relação ao meio em que vivem.

Esta dimensão permite a humanização das cidades, uma vez que seus diversos movimentos estimulam: a união de comunidades diferentes; a criação e a preservação do patrimônio urbano material e intangível; o combate aos estigmas que permeiam a exclusão social; o respeito a comunidades tradicionais; o estímulo ao desenvolvimento econômico – seja pelo patrimônio já existente, seja pela cultura criativa; a queda da violência pelo estímulo ao sentimento de identidade coletiva; a preservação do ambiente por iniciativas da própria comunidade; o fortalecimento dos mecanismos de resistência e pressão política; a promoção da saúde; o desenvolvimento de condições de convivência e mobilidade nas cidades, entre outros exemplos.

Assim, a seguir estão dispostas as proposições vinculadas à diretriz “ampliação e otimização dos serviços públicos”, para os temas: Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública, Esportes, Lazer, Recreação e cultura.

### QUADRO 9: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS - SAÚDE

<b>EIXO (E)</b>	<b>E2 - SOCIOESPACIAL</b>			
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS</b>			
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P1 - ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO DE SAÚDE</b>			
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	De acordo com a Prefeitura Municipal (PMUV, 2020), ainda não há cobertura total da população pela rede que atende à Saúde da Família, além da necessidade de contratação de mais profissionais de saúde. Há carência de profissionais concursados em todas as funções, a exemplo no setor administrativo e enfermagem, as vagas são ocupadas na grande maioria por estagiários, tendo alta rotatividade no setor. A distribuição das UBS nas áreas urbanas é satisfatória, em relação à razão de uma UBS para 4.000 habitantes, o ideal para a população urbana prevista para 2020 (57.913 habitantes) seriam 15 ESF, apresentando carência de ampliação de suas equipes, e necessidade de readequação das UBS hoje existentes, com a construção de 2 Unidades Básicas de Saúde e ampliação e/ou reforma de algumas unidades básicas existentes.			
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Toda a sede urbana (em especial Bairros Rio D'Areia, Cristo Rei, Centro, São Braz e demais adequações e/ou ampliação das UBS existentes conforme mapeamento e diagnóstico local futuro da secretaria da Saúde).			
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS</b>	<b>SOCIOESPACIAL</b>			
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>				
<b>1</b>	Adequar às estruturas de prestação dos serviços de saúde à demanda a partir da ampliação das unidades existentes e/ou construção de novas UBS (necessidade de construção de novas 02 UBS, sendo elas ESF Rio D' Areia e ESF Cristo Rei, e ampliação da ESF Josmar Babi e ESF São Braz). Além de possível previsão de ampliação e/ou reformas das demais unidades existentes.			
<b>2</b>	Ampliar o Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, proporcionando melhor atendimento na área da saúde e qualidade de vida da população.			
<b>3</b>	Realizar concursos públicos para contratação de novos profissionais de saúde, de modo a suprir as carências e especializar os serviços prestados.			
<b>4</b>	Realizar estudos sobre os principais aspectos locais que geram riscos à saúde da população de União da Vitória, com o objetivo de identificar as deficiências e as potencialidades para resolução destas.			
<b>5</b>	Implantar o Processo Digital - Modernização do sistema.			

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 10: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – EDUCAÇÃO

<b>EIXO (E)</b>	<b>E2 - SOCIOESPACIAL</b>		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS</b>		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P2 - ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO</b>		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>As maiores demandas na oferta de estabelecimentos de ensino público estão ligadas à educação infantil (atendimento de crianças de 0 a 3 anos) e na oferta de estabelecimentos voltados à educação especial. Com relação à análise por raios de abrangência (metodologia baseada em GOUVÊA, 2008), os Centros de Educação Infantil (CMEI), apesar de distribuídos por toda a área urbana, são insuficientes em diversos bairros, uma vez que sua cobertura deve considerar o raio de abrangência de 300 metros. Em seguida, destaca-se a carência na oferta de Educação Especial, sendo que no ano de 2018 somente 29% das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação da faixa etária de 4 a 17 anos foram atendidas (PME, 2018). Em 2010 44,15% da população com 25 anos ou mais era alfabetizada, mas com ensino fundamental incompleto (IBGE, 2010). Salienta-se que 20% dos cadastrados no CadÚnico (jul./2021) afirmaram não saber ler ou escrever.</p>		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Dona Mercedes, Nossa Senhora das Graças, Ouro Verde, Centro, São Brasília Magno		
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS</b>	<b>SOCIOESPACIAL</b>	  	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Manter a qualidade da estrutura das unidades escolares (CMEIs e escolas de ensino básico e médio), bem como dos seus equipamentos e aparelhamentos.		
<b>2</b>	Construir e aparelhar Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) com o objetivo de ampliar o atendimento.		
<b>3</b>	Ampliar a oferta na modalidade educação especial.		
<b>4</b>	Universalizar os ensinos Fundamental e Médio.		
<b>5</b>	Proporcionar atenção especial aos profissionais que atuam na rede pública de educação, valorizando-os e capacitando-os para o exercício de suas atividades, assegurando profissionais habilitados, em nível superior, para todas as áreas e níveis escolares.		
<b>6</b>	Implantar o Processo Digital - Modernização do sistema.		
<b>7</b>	Ampliar a oferta de ensino na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).		

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 11: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL

<b>EIXO (E)</b>	E2 - SOCIOESPACIAL		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P3 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	De maneira geral os equipamentos municipais de assistência encontram-se em bom estado e dispõe de recursos humanos adequados às demandas. Além dos equipamentos urbanos sociais, há no município entidades comunitárias disseminadas pelos bairros que auxiliam no provimento das demandas da população. Apesar da oferta ampla em serviços e equipamentos socioassistenciais, ainda não há em União da Vitória Centro Dia para Idosos e Centro Dia para Pessoas com Deficiência (IBGE - MUNIC,2013). Conforme dados do CadÚnico (jul./2021), 48% das pessoas cadastradas não possuíam trabalho remunerado nos últimos 12 meses. Conforme dados do CadÚnico (jul./2021), 15% das famílias cadastradas possuem pessoa(s) com deficiência no núcleo familiar.		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Todo o município (sede urbana, distritos e área rural).		
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS</b>	SOCIOESPACIAL		
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Manter a qualidade da estrutura dos equipamentos de assistência social, bem como dos seus equipamentos e aparelhamentos.		
<b>2</b>	Construir estabelecimentos municipais de assistência social, sendo eles: Centro Dia para atendimento de idosos, Centro Dia para atendimento de pessoas com deficiência.		
<b>3</b>	Elaborar programas e projetos para promover geração de emprego e renda das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco.		
<b>4</b>	Elaborar programas e projetos para inclusão social das pessoas com deficiência, especialmente para geração de emprego e renda.		
<b>5</b>	Promover capacitação dos profissionais municipais para a realização de serviço especializado no atendimento de pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.		
<b>6</b>	Elaborar programas e projetos de atenção à primeira infância.		

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 12: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – SEGURANÇA PÚBLICA

<b>EIXO (E)</b>	<b>E2 - SOCIOESPACIAL</b>	
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P3 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>	
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>Conforme a consulta pública da revisão de 2020 do Plano Diretor realizada com a população, 52,1% das respostas (123 respostas) indicaram a segurança como uma deficiência. Dentre as 123 respostas da consulta pública da revisão de 2020 do Plano Diretor que indicaram a segurança como uma deficiência, 15,45% foram do bairro Centro, 10,57% de São Bernardo, 7,32% de Nossa Sra. Do Rocio e 6,5% São Braz, 5,69% nos bairros N. Sra. da Salete, Cidade Jardim e Cristo Rei e 4,88% nos bairros Bom Jesus e Panorama, já nos demais bairros o total de respostas indicando deficiência no referido tema esteve entre 4,07% a 0,88%. Considerando o raio de abrangência de 800 metros (vinculado à caminhabilidade da população para o acesso do serviço de segurança pública), os equipamentos de segurança estão concentrados na área central da Sede, com baixa cobertura nas demais porções urbanas. Conforme o PDM 2008, já havia no ano de 2007 a necessidade de maior integração com o efetivo policial de Porto União, para colaboração (PDM 2008, pág. 161). Conforme IBGE (2019) o município ainda não possui Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.</p>	
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<p><b>Ações focais:</b> Centro, São Bernardo, Nossa Sra. Do Rocio, São Braz, N. Sra. da Salete, Cidade Jardim, Cristo Rei, Bom Jesus e Panorama.  <b>Ações institucionais:</b> todo o município (sede urbana, distritos e área rural).</p>	
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS</b>	<b>SOCIOESPACIAL</b>	 
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>		
<b>1</b>	Intervir junto ao Governo do Estado e Federal para construir postos policiais ou de apoio nos bairros Centro, São Bernardo, Nossa Sra. Do Rocio, São Braz, N. Sra. da Salete, Cidade Jardim, Cristo Rei, Bom Jesus e Panorama.	
<b>2</b>	Intervir junto ao Governo do Estado e Federal para construir postos policiais nas principais comunidades rurais.	
<b>3</b>	Intervir junto ao Governo do Estado e Federal para implantação de Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.	
<b>4</b>	Intervir junto ao Governo do Estado e priorizar recursos de modo a intensificar o policiamento através de patrulhamento nas áreas mais críticas do Município (Centro, São Bernardo, Nossa Sra. Do Rocio, São Braz, N. Sra. da Salete, Cidade Jardim, Cristo Rei, Bom Jesus e Panorama) e da implantação da segurança monitorada (câmeras de segurança) em pontos estratégicos.	
<b>5</b>	Reestruturar espaços urbanos que transmitam insegurança a população.	
<b>6</b>	Realizar, através do Conselho Municipal de Segurança Pública, palestras e atividades educativas com a população com conteúdo sobre questões de segurança.	
<b>7</b>	Promover, através do Conselho Municipal de Segurança Pública, a distribuição de manuais de orientação e proteção do cidadão dos diversos tipos de ação criminosa, reduzindo as vulnerabilidades, bem como orientações na prevenção ao uso de drogas.	

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 13: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

<b>EIXO (E)</b>	<b>E2 - SOCIOESPACIAL</b>	
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P4 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DOS SERVIÇOS DE ESPORTE-LAZER-RECREAÇÃO</b>	
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>Conforme a consulta pública da revisão de 2020 do Plano Diretor realizada com a população, 44,9% das respostas (105 respostas) indicaram deficiências no tema de áreas verdes e de lazer. Das 106 respostas 17,14% são do Centro, 9,52% do bairro Nossa Sra. Do Rocio, 8,57% de São Bernardo, 7,62% do Jardim Muzzolon, 6,67% de Cidade Jardim, 5,71% do bairro Bom Jesus e 4,76% do bairro Limeira, já nos demais bairros o total de respostas indicando deficiência no referido esteve entre 3,81% a 0,95%. Conforme a análise por raios de abrangência, os equipamentos de esportes (que possuem ampla oferta e variedade) apresentam distribuição boa territorial, já os equipamentos de lazer apresentam baixa cobertura na porção nordeste das áreas urbanas da sede. Conforme a consulta pública da revisão de 2020 do Plano Diretor realizada com a população, os espaços destinados a lazer e recreação (tais como as pequenas praças nos bairros) encontram-se deterioradas.</p>	
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<p><b>Ações focais:</b> Centro, Nossa Sra. Do Rocio, São Bernardo, Jardim Muzzolon, Cidade Jardim, Bom Jesus e Limeira.  <b>Ações institucionais:</b> áreas urbanas (sede urbana, distritos).</p>	
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS</b>	<b>SOCIOESPACIAL</b>	 
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>		
<b>1</b>	Manter a qualidade da estrutura dos equipamentos destinados à prática esportiva, bem como dos seus equipamentos e aparelhamentos.	
<b>2</b>	Reformar e readequar estabelecimentos e equipamentos municipais lazer e recreação visando promover a adequação para o acesso das pessoas com deficiências.	
<b>3</b>	Prover os Parques Urbanos e Lineares ao longo dos rios com equipamentos destinados ao lazer e recreação da população.	
<b>4</b>	Ampliar investimentos e valorizar o setor de lazer e recreação através da construção e/ou implantação de novas praças ou áreas públicas que sejam seguras e acessíveis a toda a comunidade.	
<b>5</b>	Incrementar as atividades esportivas locais com o objetivo de divulgar o Município, através do setor de esportes, em nível regional, estadual, federal e internacional.	
<b>6</b>	Promover e diversificar as atividades esportivas, de lazer e recreação no Município, de forma que auxiliem no desenvolvimento físico e social da comunidade.	
<b>7</b>	Elaborar programas e projetos para planejamento do espaço urbano voltado à primeira infância, promovendo especialmente espaços de lazer e recreação para os pequenos.	

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 14: PROPOSTAS PARA SERVIÇOS PÚBLICOS – CULTURA

<b>EIXO (E)</b>	<b>E2 - SOCIOESPACIAL</b>	
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P5 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO DE CULTURA</b>	
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>Conforme a consulta pública da revisão de 2020 do Plano Diretor realizada com a população, 44,9% das respostas (105 respostas) indicaram deficiências no tema equipamentos culturais. Das 105 respostas 15,24% são do Centro, 10,48% São Bernardo, 8,57% Rocio, nos bairros 6,67% Bom Jesus, Jardim Muzzolon e 5,71% nos bairros São Braz, Cidade Jardim, Panorama, já nos demais bairros o total de respostas indicando deficiência no referido esteve entre 3,81% a 0,95%. Os equipamentos culturais existentes possuem diversidade de funções, ofertam cursos e palestras e contemplam diversificadas alternativas culturais para o lazer urbano, tais como exposições permanentes e itinerantes. Quanto à distribuição, os equipamentos culturais concentram-se no centro, havendo a carência de equipamentos de menor porte nos bairros.</p>	
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<p><b>Ações focais:</b> Centro, São Bernardo, Nossa Sra. Do Rocio, Bom Jesus, Jardim Muzzolon, São Braz, Cidade Jardim, Panorama.  <b>Ações institucionais:</b> todo o município (sede urbana, distritos e área rural).</p>	
<b>DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE ODS</b>	<b>SOCIOESPACIAL</b>	 
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>		
<b>1</b>	Construir ou adaptar edificações existentes para instalação de pequenos equipamentos culturais nos bairros tais como pontos de cultura <sup>3</sup> .	
<b>2</b>	Reformar, ampliar, manter, equipar, reestruturar, requalificar e promover a democratização do acesso aos bens, serviços e equipamentos artísticos e culturais, através da aquisição de novos equipamentos, reforma, conservação e adequação da acessibilidade nos espaços culturais.	
<b>3</b>	Estimular a preservação, documentação e restauração de bens móveis, acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos e de bens integrados, através do mapeamento do patrimônio cultural municipal e da disponibilização dos dados existentes em conteúdo multimídia.	
<b>4</b>	Promover ações de educação para a preservação do patrimônio histórico artístico e cultural, material e imaterial, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural, através de parcerias com instituições de ensino e outras entidades.	
<b>5</b>	Fomentar o Festival Nacional de Teatro, música, dança e eventos voltados à valorização da cultura local.	

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

<sup>3</sup> Pontos de cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura e implementados por entidades governamentais ou não governamentais. Visam à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades (IBGE, MUNIC – Perfil dos Municípios, 2018).



### **1.2.3. PROPOSTAS DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

As propostas para o Saneamento Ambiental de União da Vitória consistem na determinação de proposições que objetivam adequar os sistemas de saneamento ambiental ofertados aos seus habitantes, buscando sua melhoria, ampliação e otimização tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população e a prospecção para os próximos 10 anos.

Tem como principal objetivo a adequação e garantia universal dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos. Nos quadros a seguir estão relacionadas às justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (ODS), e com as diretrizes previstas para a otimização e ampliação do sistema de saneamento existentes.

### QUADRO 15: PROPOSIÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

EIXO (E)	E2 - SOCIOESPACIAL		
DIRETRIZ (D)	D3 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO		
PROPOSIÇÃO (P)	P1 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
JUSTIFICATIVA:	A rede de <b>abastecimento de água</b> no município abrange aproximadamente 100% da área urbana. No entanto, há necessidade de adequações no sistema existente, já previstos pela SANEPAR e PMSB (2021), como melhorias na captação atual, reformas e ampliações das Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações Elevatórias (EET). Em algumas localidades rurais há domicílios sem abastecimento por água potável, os quais acabam sendo abastecidos por poços domésticos e não recebem tratamento prévio ao consumo. Assim, esta proposta visa promover o atendimento de água potável a todos os municípios dos distritos urbanos do município, conforme as ações abaixo.		
LOCALIZAÇÃO	Sede urbana, distritos e localidades rurais.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	AMBIENTAL	  	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
1	Acompanhar junto ao órgão responsável pelo sistema de saneamento básico (SANEPAR), a efetivação das propostas previstas de melhoria e ampliação da rede de distribuição de água, melhorias na captação atual, reformas e ampliação nas ETAs, EETs, dentre outros, visando o atendimento da demanda atual e projetada, em conformidade com o disposto na Lei Federal N 14.026/2020.		
2	Monitorar a qualidade do serviço de abastecimento de água, com a utilização dos seguintes parâmetros: abrangência; frequência do atendimento; qualidade da água que chega ao consumidor, utilizando os parâmetros institucionalizados (normas e resoluções federais); satisfação do usuário por meio de pesquisa de opinião.		
3	Promover a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2021), de modo ao cumprimento de todas as metas e ações previstas dentro dos prazos.		
4	Auxiliar as associações distritais para regulamentação e monitoramento dos poços e do sistema de abastecimento de água.		
5	Realizar reparos e melhorias emergenciais para evitar as perdas de água tratada e, conseqüentemente, redução de gastos com energia e desperdício de água e recursos financeiros, visando melhorias em todo o sistema de abastecimento de água.		
6	Controlar e monitorar a qualidade e a captação da água subterrânea, principalmente na área rural, para que as atividades agropecuárias e efluentes com potencial poluidor não comprometam a qualidade da água.		

FONTE: SANEPAR, 2021; PMUV, 2021; PMSB, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 16: PROPOSIÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

<b>EIXO (E)</b>	E2 - SOCIOESPACIAL		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D3 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P2 - AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>Quanto ao <b>esgotamento sanitário</b>, de acordo com informações repassadas pela SANEPAR, em 2023 o atendimento chegará a 58% da população urbana, com obras já em andamento, e em 2033 atingirá 90% da população urbana, como preconiza a Lei Federal 14.026/2020. Esta proposição de ampliação do sistema de esgotamento sanitário é imprescindível tendo em vista o elevado risco de contaminação do lençol freático municipal, bem como da microbacia de captação de água e a consequente minimização de problemas ambientais e de saúde à população. Além disso, o município não dispõe de um banco de dados atualizado, com cadastro técnico da rede coletora e seus dispositivos, o que reduz a eficiência da gestão e do planejamento de ações de curto, médio e longo prazo para alcançar a universalização do sistema de coleta e tratamento de efluentes domésticos, como prevê o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2021). Sendo igualmente importante sua efetiva implementação, com o cumprimento das metas, prazos, ações e programas previstos. Em relação ao Distrito de São Domingos e localidades rurais, há necessidade da realização de um cadastro das soluções individuais de esgoto (grande maioria fossas sépticas), por meio de parcerias municipais junto à SANEPAR, EMBRAPA e FUNASA, visando à implantação de sistemas comunitários de esgotamento sanitário ou soluções individuais nas áreas rurais não atendidas.</p>		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana, distritos e localidades rurais.		
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	AMBIENTAL	  	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Acompanhar junto ao órgão responsável (SANEPAR), pelo sistema de esgotamento sanitário (rede de coleta e tratamento de esgoto), a efetivação das propostas previstas de ampliação da rede coletora, melhorias e implantação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), dentre outros, visando o atendimento da demanda atual e projetada, em conformidade com o disposto na Lei Federal N 14.026/2020.		
<b>2</b>	Promover a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2021), de modo ao cumprimento de todas as metas e ações previstas dentro dos prazos.		
<b>3</b>	Implantar programa em conjunto com a SANEPAR, FUNASA, Vigilância Sanitária e universidades para controlar e orientar a desativação de fossas sépticas, assim como combater as ligações irregulares na rede de esgoto.		
<b>4</b>	Estabelecer parcerias com a Vigilância Sanitária e Universidades, EMBRAPA e/ou IAT para viabilizar projetos de monitoramento e fiscalização dos sistemas individuais na área rural.		
<b>5</b>	Monitorar os corpos receptores do efluente da ETE, para adoção de medidas preventivas e corretivas, evitando a alteração das características naturais dos corpos d'água. Esse processo se faz através da criação de um banco de dados das análises.		
<b>6</b>	Realizar cadastro na sede urbana, de todas as fossas existentes, a fim de advertir os proprietários em situação irregular e penalizar aqueles que não se adequem em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.		
<b>7</b>	Elaborar cadastro das soluções individuais de esgotamento sanitário das localidades rurais e Distrito de São Domingos, por meio de parcerias municipais junto à SANEPAR, EMBRAPA e FUNASA, visando à implantação de sistemas comunitários ou soluções individuais nas áreas rurais não atendidas.		

FONTE: SANEPAR, 2021; PMUV, 2021; PMSB, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

**QUADRO 17: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA ÁREA URBANA**

<b>EIXO (E)</b>	<b>E2 - SOCIOESPACIAL</b>		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D3 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO</b>		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P3 - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA ÁREA URBANA</b>		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>Quanto à <b>drenagem pluvial</b>, em decorrência da impermeabilização excessiva nas áreas urbanas; das baixas declividades de terreno, que impedem o eficiente escoamento das águas superficiais, além da ocupação urbana às margens de importantes rios como o Iguaçu e D'Areia, são fatores que contribuem para a ocorrência de enchentes e inundações, alertando para a necessidade de melhoria dos sistemas de micro e macro drenagem.</p> <p>Ademais, a inexistência de um cadastro atualizado e integrado ao SIG municipal quanto à rede existente de microdrenagem, dificulta a identificação pontual dos principais problemas, sejam estes decorrentes do subdimensionamento ou até mesmo da inexistência de dispositivos, sendo necessário o mapeamento dos mesmos. Os dispositivos de macrodrenagem implantados, apresentam capacidade de escoamento relativamente baixa, sendo, portanto, necessária a execução de obras de contenção que minimizem os picos de vazão durante as épocas de cheias, ampliação e melhorias nas bocas de lobo. Outro mecanismo importante para o manejo das águas pluviais é a implantação de medidas sustentáveis que busquem o controle do escoamento na fonte, seja por meio de infiltração ou retenção no próprio lote ou loteamento das águas advindas das chuvas, sendo extremamente relevante a revisão dos índices de permeabilidade, assim como a definição e obrigatoriedade de instalação de mecanismos de controle, retenção e captação da água de chuva. Ainda para otimizar a estrutura existente e aquelas ainda a serem instaladas, faz-se necessário implementar um cronograma de manutenção preventiva da rede de drenagem de água pluvial, visando eliminar riscos de obstrução nas tubulações e do escoamento eficiente em eventos de cheias do rio Iguaçu.</p> <p>Há necessidade da realização de novos estudos técnicos para atualização das cotas de cheias do Rio Iguaçu na sede urbana, definidos por TUCCI &amp; VILLANUEVA no ano de 1997.</p>		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana, distritos e localidades rurais.		
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	<b>AMBIENTAL</b>		
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Manter atualizado o cadastro georreferenciado da rede de drenagem do município, contemplando todos os dispositivos do sistema de drenagem urbana.		
<b>2</b>	Implementar as ações, diretrizes e programas previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2021) quanto à drenagem municipal, considerando as disposições da Lei Federal N 14.026/2020.		
<b>3</b>	Implantar sistemas de microdrenagem para reduzir problemas de insuficiência e deficiência das redes existentes.		
<b>4</b>	Elaborar novos estudos técnicos para atualização das cotas de cheias do Rio Iguaçu na sede urbana, definidos por TUCCI & VILLANUEVA em 1997.		
<b>5</b>	Buscar parcerias e convênios com órgãos do Estado e demais instituições afins quanto a execução das medidas e obras estruturais previstas pelo Projeto HG203, quando a implantação dos diques (conforme indicado no PMSB, 2021), para minimização das consequências das cheias do rio Iguaçu.		



<b>6</b>	Criar banco de dados e sistema de monitoramento das condições hidrológicas do município e alerta de cheias integrado à Defesa Civil do município, através da instalação de uma estação pluviométrica (Estação Meteorológica Municipal), por meio de recursos federais e com operacionalização em parceria com instituições de ensino superior.
<b>7</b>	Promover a captação, armazenamento e utilização das águas pluviais pelas edificações públicas municipais, de acordo com a Lei Estadual Nº 14.823/2005 e também para edifícios de habitação coletiva, na sede urbana, cuja área total construída por unidade seja igual ou superior a 250m <sup>2</sup> , de acordo com regulamentação em lei específica.
<b>8</b>	Implantar os diques de proteção em União da Vitória para evitar os efeitos das cheias ou optar pela combinação de três duplicações em série com a escavação da calha principal do rio Iguazu (conforme estudo HG 203).
<b>9</b>	Fiscalizar as ligações clandestinas de esgotamento sanitário em galerias pluviais e corpos hídricos.
<b>10</b>	Intensificar a fiscalização com relação às áreas de risco, ocupações irregulares, de fundos de vale.
<b>11</b>	Realizar ações periódicas de limpeza e/ou dragagem de córregos urbanos.

FONTE: PMUV, 2021; PMSB, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

## QUADRO 18: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECICLÁVEIS E LIMPEZA PÚBLICA

<b>EIXO (E)</b>	E2 - SOCIOESPACIAL		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P4 - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECICLÁVEIS E LIMPEZA PÚBLICA		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>O sistema de <b>coleta de resíduos sólidos</b> no município atende amplamente a população municipal quanto à coleta, destinação e descarte no aterro sanitário municipal. No entanto, a gestão e manejo dos serviços necessita ser otimizada, sobretudo quanto às frequências de coleta na sede urbana e distrito, além de pontos específicos para a coleta dos resíduos nas localidades rurais. Além disso, o Aterro Sanitário necessita de medidas para ampliação de sua vida útil. Torna-se imprescindível que as diretrizes, programas e propostas de ações estabelecidas no recente Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2021) sejam efetivadas.</p> <p>Também há a necessidade de implementar mecanismos eficientes para o monitoramento e a fiscalização dos terrenos baldios particulares existentes na cidade, buscando a manutenção e limpeza periódica por parte de seus proprietários, reduzindo riscos à segurança e à saúde pública.</p> <p>Por fim, vislumbra-se a necessidade de promoção de incentivos às cooperativas e associações de reciclagem do município.</p>		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana, distritos e localidades rurais.		
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	AMBIENTAL	  	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Implementar as ações, diretrizes e programas previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2021) para gestão adequada dos resíduos no município, considerando as disposições da Lei Federal N 14.026/2020.		
<b>2</b>	Ampliar o Aterro Sanitário municipal e medidas para ampliar sua vida útil, em no mínimo mais 15 anos, conforme preconizado no PMSB (2021).		
<b>3</b>	Treinar servidores públicos e membros das cooperativas/associações para manejo adequado dos resíduos sólidos: recicláveis, poda de vegetação, orgânicos, entre outros.		
<b>4</b>	Elaborar estudo de viabilidade para implantação dos pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis, com recipientes próprios para o acondicionamento em locais estratégicos e prédios públicos (escolas, repartições públicas, ginásios de esporte, bem como em ponto central nos Distritos e comunidades rurais), visando auxiliar na gestão e logística de transporte e destinação final dos resíduos.		
<b>5</b>	Estimular a implantação de empresas que desenvolvam atividades recicladoras no Município.		
<b>6</b>	Estabelecer parceria com as associações e cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos existente para ampliação de suas atividades.		
<b>7</b>	Implantação de sistemas de compostagem no aterro em atividade assim como naqueles a serem implantados.		
<b>8</b>	Otimizar os serviços de coleta de resíduos sólidos e limpeza pública, ampliando a cobertura do serviço de varrição e estabelecendo cronograma para os demais serviços (poda, capina, roçagem, coleta de resíduos volumosos e limpeza das bocas de lobo e galerias pluviais).		

FONTE: PMUV, 2021; PMSB, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

**QUADRO 19: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE SAÚDE E DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS**

<b>EIXO (E)</b>	E2 - SOCIOESPACIAL			
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D2- AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO			
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P5 - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE SAÚDE E DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	Esta proposição justifica-se pela necessidade de estruturação dos sistemas de coleta de resíduos da construção civil, de saúde e de atividades agropecuárias, os quais podem resultar em significativos contaminantes da qualidade ambiental, caso não ocorra o manejo, acondicionamento, transporte, destinação final e gestão adequados			
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana, distritos e localidades rurais.			
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	<b>AMBIENTAL</b>			
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>				
<b>1</b>	Elaborar e regulamentar o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, definir conceitos de grande e pequeno geradores e implementar instrumentos de: regulação, acordo setorial e termo de compromisso com os consumidores, revendedores e fabricantes, direcionando as responsabilidades de cada setor.			
<b>2</b>	Fiscalizar o gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, bem como a prática de logística reversa.			
<b>3</b>	Fomentar reaproveitamento adequado dos entulhos provenientes da construção civil.			
<b>4</b>	Fiscalizar o gerenciamento dos serviços de coleta e destinação final dos resíduos sólidos de saúde.			
<b>5</b>	Promover e apoiar campanhas de sensibilização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.			
<b>6</b>	Implantar e manter medidas de controle sobre a destinação final das embalagens de defensivos agrícolas.			

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.



#### **1.2.4. PROPOSTAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E TRANSPORTE**

As propostas para Infraestrutura e Transporte de União da Vitória consistem na determinação de proposições que objetivam adequar os serviços ofertados aos seus habitantes, buscando sua melhoria, ampliação e otimização tendo em vista o incremento da qualidade de vida da população e a prospecção para os próximos 10 anos.

Nos quadros a seguir estão relacionadas às justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (ODS), e com as diretrizes previstas para a adequação dos diversos sistemas que integram infraestrutura municipal disponível à população.

**QUADRO 20: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO, ESTACIONAMENTO E TRANSPORTE AÉREO**

<b>EIXO (E)</b>	<b>E2 - SOCIOESPACIAL</b>		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D4 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA DE CIRCULAÇÃO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE</b>		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P1 - ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO, ESTACIONAMENTO E TRANSPORTE AÉREO</b>		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>A falta de uma visão sistêmica no momento da aprovação de loteamentos ao longo dos anos, bem como a ocupação urbana ao longo de meandro do rio Iguaçu, gerou descontinuidades no sistema viário, dificultando a circulação direta entre grandes loteamentos e bairros, sendo de extrema importância a implantação de novas ligações viárias, de maneira planejada.</p> <p>A circulação de veículos de carga nas rodovias BR-476 e BR-153, que necessitam acessar e encurtar caminho na direção sul, geram alguns conflitos no sistema viário, sendo necessária a implantação do contorno rodoviário a leste da sede urbana, mediante elaboração de estudo de alternativa de traçado e projeto executivo, desviando do seu percurso a área urbana, assim como a priorização de pavimentação e manutenção de pavimentos com base nas características da via, conforme hierarquia, fluxo, importância de ligação entre bairros e comunidades com escoamento de produção.</p> <p>A existência de vias principais com perfil viário estreito em decorrência do período de implantação, a falta de manutenção em alguns trechos e a necessidade de transposição do rio Iguaçu, contribuem para a descontinuidade do sistema viário.</p> <p>Ainda, a circulação de pedestres deve ser garantida pela acessibilidade universal, a partir da adequação das rampas e passeios de acordo com a norma de acessibilidade, NBR 9050, além da definição de mecanismos efetivos de fiscalização na legislação municipal.</p>		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana, distritos e localidades rurais.		
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	<b>SOCIOESPACIAL</b>		
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
<b>1</b>	Implementar alterações e adaptações no ordenamento do sistema viário, sinalização urbana e acessibilidade, com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres e veículos, principalmente nas regiões centrais da sede urbana.		
<b>2</b>	Fazer com que a aprovação dos novos parcelamentos/loteamentos siga as diretrizes viárias previstas na Lei de Sistema Viário.		
<b>3</b>	Elaborar estudos e projeto executivo para a alternativa do Contorno Rodoviário (a leste da sede urbana), a fim de promover a interligação da rodovia BR-476 com BR-280.		
<b>4</b>	Promover a implantação de vias marginais nas rodovias BR-476 e BR-153 para consolidação dos setores industriais e de serviços na sede urbana de União da Vitória e atração de empreendimentos industriais, logísticos e de serviços.		
<b>5</b>	Priorizar a pavimentação e manutenção segundo as características da via, tais como: hierarquia, fluxo, importância de ligação entre bairros e comunidades com escoamento de produção, dentre outros fatores técnicos.		
<b>6</b>	Promover a identificação, hierarquização e a sinalização das ruas, avenidas, bairros e estabelecimentos de serviços públicos da sede e distritos urbanos, bem como das estradas e comunidades rurais.		
<b>7</b>	Estruturar o Departamento de Trânsito Municipal, com atividades integradas ao SIG, viabilizando fiscalização e adequada gestão da mobilidade e acessibilidade no município.		

8	Implantar e qualificar as calçadas urbanas, além da padronização de semáforos de travessia de pedestres e aumento na fiscalização de calçadas, passeios e acessibilidade em logradouros públicos, se estão de acordo com as normas técnicas.
9	Elaborar e implementar o Plano de Rotas Acessíveis.
10	Firmar consórcio com o município de Porto União-SC, para utilização conjunto do aeroporto de Porto União, procedendo aos trâmites legais para desativação <sup>4</sup> do aeroporto de União da Vitória.

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 21: MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA CICLOVIÁRIO

EIXO (E)	E2 - SOCIOECONOMICO		
DIRETRIZ (D)	D4 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA DE CIRCULAÇÃO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE		
PROPOSIÇÃO (P)	P2 - MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA CICLOVIÁRIO		
JUSTIFICATIVA:	<p>O sistema de transporte coletivo municipal necessita de nova configuração baseada na racionalização de itinerários, proporcionando a redução de quilometragem e tempo de viagem, além de contribuir para o entendimento da população dos destinos das linhas, através da setorização da área urbana e nova identificação das linhas, além de melhorias nos aspectos operacionais, no sistema de informação visual, no atendimento ao usuário, na organização administrativa e no regulamento do transporte coletivo, conforme estabelecido nos relatórios técnicos elaborados pelo Escritório Jaime Lerner Arquitetos Associados S/S, referentes a <i>estudos de transporte coletivo de passageiros e do sistema viário e de trânsito do Município de União da Vitória/PR</i> (JLAA, 2019).</p> <p>Pela sede urbana apresentar declividades planas e, portanto, satisfatória para a implantação de uma rede cicloviária, propõe-se sua estruturação e conexão com as poucas ciclovias e ciclofaixas existentes, primando também pela interligação com a rede cicloviária existente em Porto União-SC.</p>		
LOCALIZAÇÃO	Território Municipal.		
ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	SOCIOESPACIAL	  	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
1	Implementar Secretaria de Mobilidade alinhado com melhorias no sistema de comunicação vinculados a mobilidade, a efetivação de um consórcio com Porto União e o monitoramento e avaliação da mobilidade através de parâmetros baseados no Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (IMUS).		
2	Reconfigurar o transporte coletivo urbano baseada na racionalização de itinerários, redução de quilometragem e tempo de viagem, nova identificação de linhas, além de melhorias nos aspectos operacionais, no sistema de informação visual, no atendimento ao usuário, na organização administrativa e no regulamento do transporte coletivo.		
3	Implementar sistemas alternativos de transporte público coletivo.		
4	Regulamentar novos tipos de transporte compartilhado (UBER, 99, etc.).		

<sup>4</sup> A desativação do aeródromo de União da Vitória e utilização de forma consorciada do aeródromo de Porto União-SC é uma informação da Prefeitura Municipal, 2021.

5	Implantar rede cicloviária para incentivar deslocamentos por bicicleta, através da implantação de novas ciclovias e ciclofaixas conectadas, especialmente do centro com os bairros mais densos e sede urbana de Porto União-SC, conforme diretrizes da Lei de Sistema Viário.
6	Estabelecer padrões dos elementos do sistema cicloviário como ciclovias/ciclofaixas, bicicletários, paraciclos e sinalizações viárias, assim como instituir a política para o incentivo ao uso de bicicletas e um Programa de Educação de Trânsito.

FONTE: JLAA, 2019; PDUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

## QUADRO 22: IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

<b>EIXO (E)</b>	E2 - SOCIOECONOMICO		
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D5 - OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P1 - IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>O sistema de energia elétrica o atendimento na área urbana é bastante satisfatório com elevado nível de atendimento, sendo interessante a promoção de energias alternativas. Já o atendimento na área rural precisa de melhorias, possuindo quedas e oscilações, além da necessidade de ampliação da rede e facilitar o acesso de instalações de energia elétrica nas comunidades rurais.</p> <p>O sistema de iluminação pública atende praticamente toda a sede urbana, sendo importante promover a substituição gradativa das lâmpadas convencionais por LED, além de atendimento no Distrito de São Domingos.</p> <p>Quanto ao sistema de comunicação verifica-se como necessidade a melhoria da infraestrutura.</p>		
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana, distrito e localidades rurais.		
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	<b>SOCIOESPACIAL</b>		
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>			
1	Fomentar o uso de energia alternativa no município.		
2	Utilizar fontes alternativas de geração de energia nas edificações públicas.		
3	Realizar o levantamento dos pontos urbanos que necessitam receber iluminação pública por meio de tecnologia LED e fazer as substituições necessárias.		
4	Fomentar o uso de energia alternativa no município.		
5	Melhorar infraestrutura da rede lógica das edificações públicas, promovendo uso de wi-fi.		

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### 1.3. PROPOSTAS DO EIXO ECONÔMICO (TRABALHO E LAZER)

Dentre as atividades desenvolvidas no município, as com maior impacto econômico são: a indústria de transformação, especialmente a fabricação de madeira laminada e chapas de madeira e o setor de comércio.

No setor primário é importante estimular a produção agropecuária através de práticas agroecológicas, além de estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores familiares. É importante incentivar a diversificação da produção, especialmente a agricultura orgânica na porção leste do município (bacia do Rio Vermelho), além de disponibilizar auxílio técnico e novos equipamentos e maquinários para auxiliar na produção local (hora/máquina) e desenvolver selos de origem para valorizar os produtos oriundos da agroindústria familiar.

No setor secundário há a necessidade de implantar o Distrito Industrial (licenciado ambientalmente) e alavancar as indústrias e serviços existentes, bem como atrair novos empreendedores e consolidar fortes cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, logísticos e de negócios, aproveitando a infraestrutura viária existente (importantes entroncamentos rodoviários, que necessitam ser duplicados e ter suas marginais implantadas).

O setor do turismo tem demonstrado potencial de desenvolvimento em diversos âmbitos (ecoturismo/turismo radical/cachoeiras/parques ambientais, cultural/bens tombados, rural/cicloturismo), entretanto este setor necessita maior impulsionamento e implantação de infraestruturas de apoio, para alavancar a economia local. Ainda, há necessidade de capacitação da mão de obra local através de parcerias e convênios com instituições, órgãos de pesquisa e assistência técnica.

As propostas para o Eixo Econômico de União da Vitória consistem na determinação de proposições que objetivam alavancar a economia local (trabalho e lazer) dos seus habitantes. Nos quadros a seguir estão relacionadas às justificativas, localizações e interrelações com as dimensões de sustentabilidade (ODS), e com as diretrizes previstas para dinamização dos setores produtivos e turísticos do município, bem como para o desenvolvimento tecnológico e capacitação da mão-de-obra local.

### QUADRO 23: DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO

<b>EIXO (E)</b>	E3 - ECONÔMICO	
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS	
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P1 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO	
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	No setor primário é importante estimular a produção agropecuária através de práticas agroecológicas, além de e estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores. Atualmente verifica-se a necessidade de construir arena de leilões sendo a disposição para venda de matrizes com perfil genético diferenciados e comércio geral de animais. Nas terras destinadas à agricultura é importante incentivar a diversificação da produção, bem como a agricultura orgânica, além de disponibilizar novos equipamentos e maquinários para auxiliar na produção local (hora/máquina) e desenvolver selos de origem para valorizar os produtos oriundos da agroindústria familiar.	
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Território municipal (área rural).	
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	ECONÔMICO	       
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>		
<b>1</b>	Estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores (associações e cooperativas), apoiando formas alternativas de comercialização de insumos e produtos, facilitando também o acesso ao crédito agrícola de custeio e investimento.	
<b>2</b>	Incentivar a diversificação da produção agrícola, principalmente nas pequenas propriedades rurais (agricultura familiar), promovendo rotação de culturas para recuperação e manejo adequado dos solos, através do acompanhamento técnico da Secretaria Municipal do Transporte, Obras e Serviços Públicos e Urbanos, EMATER, cooperativas, entidades organizadas e iniciativa privada.	
<b>3</b>	Desenvolver a agricultura orgânica, especialmente na porção leste do município sobre a microbacia hidrográfica de abastecimento público de água, promovendo a articulação e a associação dos produtores no processo de certificação da produção.	
<b>4</b>	Criar selos de origem para os produtos oriundos da agroindústria familiar.	
<b>5</b>	Adquirir máquinas, veículos e equipamentos para apoio às atividades rurais.	

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

**QUADRO 24: DESENVOLVIMENTO SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO**

<b>EIXO (E)</b>	E3 - ECONÔMICO	
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS	
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P2 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO	
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>O planejamento espacial, por meio da criação de setores específicos em locais estratégicos no município, de importantes entroncamentos rodoviários (BR-476, BR-153, BR-280, PR-280, PR-466), para a atração e desenvolvimento de indústrias e serviços de pequeno, médio e grande porte (Setor Especial de Indústrias – SETI, Zona do Distrito Industrial – ZDI, Setor Especial de Serviços – SETIS) e atração de serviços comerciais, empresariais e de negócios (Setor Estrutural - SE), passa a ter um caráter ativo na criação de um ambiente de negócios favorável, com o surgimento de polos de crescimento e centros dinâmicos de desenvolvimento que possibilitam maior ligação pelo entrelaçamento de preços, fluxos e expectativas.</p> <p>Ainda, a consolidação de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais ou mesmo a formação de complexos industriais localizados, com no mínimo uma indústria motriz, está no conceito de aglomerações econômicas geradas nos polos urbanos/industriais. As pequenas empresas, sobretudo, procuram a proximidade das indústrias motrizes por causa das economias externas de aglomeração territorial e do acesso aos mercados e serviços (PMAI, 2018).</p>	
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana e distritos	
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	ECONÔMICO	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>		
<b>1</b>	Implantar o Distrito Industrial devidamente licenciado ambientalmente, dotado de infraestruturas com o objetivo de atrair novos empreendimentos e gerar novos postos de trabalho.	
<b>2</b>	Viabilizar a implantação de novos Parques Industriais em diferentes setores estratégicos do Município, respeitados os parâmetros de uso e ocupação definidos na Lei de Zoneamento	
<b>3</b>	Promover incentivos à agropecuária e à implantação de agroindústrias através da garantia de fornecimento de infraestrutura de malha viária.	
<b>4</b>	Promover a implantação da Arranjos Produtivos Locais (APLs), retomada da cadeia produtiva da madeira e outras.	
<b>5</b>	Fomentar e incrementar o sistema de incubadoras de empresas.	
<b>6</b>	Promover a realização de eventos comerciais e de negócios periódicos no município, com organização de calendário anual.	
<b>7</b>	Organizar e consolidar polos tecnológicos específicos aplicados ao desdobramento de atividades já existentes no município.	
<b>8</b>	Aumentar o número de novos negócios no município, por meio da diversificação setorial de polos empresariais/industriais/tecnológicos e formação de novos complexos industriais localizados, em torno de no mínimo uma indústria motriz.	
<b>9</b>	Organizar de maneira efetiva a integração entre as empresas municipais e as universidades e demais instituições afins.	

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

**QUADRO 25: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

<b>EIXO (E)</b>	E3 - ECONÔMICO				
<b>DIRETRIZ (D)</b>	D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS				
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	P3 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA				
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>O principal elemento que contribui para o desenvolvimento de uma região é o perfil da sua mão de obra. A vantagem competitiva das empresas está associada à disponibilidade de mão de obra especializada no ambiente de negócios. Por outro lado, tal especialização impõe o desafio de manter e reter estes talentos dentro dos limites das empresas, visto que pessoas qualificadas demandam maiores salários e melhores condições de trabalho. A expectativa de geração de mão de obra em União da Vitória é elevada e este é um dos indicadores bastante relevante para atração de investimentos, segundo o Programa Municipal para Atração de Investimentos (PMAI, 2018), elaborado pela Agência Paraná de Desenvolvimento. A maior parte dos trabalhadores do município estão alocados no setor da Indústria de Transformação. A atividade no município, por exemplo de Fabricação de Produtos de Madeira, Cortiça e afins possui certo grau de especialização de mão de obra com grande capacidade de integração econômica, ao fazer parte da cadeia produtiva de diversas outras atividades.</p> <p>Esta proposta, portanto, busca dotar o município de capacidade e desenvolvimento tecnológico para produzir localmente mão de obra qualificada para suas indústrias, realizar pesquisa e desenvolvimento, treinar funcionários e contratar profissionais com formação mais avançada, como pós-graduação, mestrados e doutorados. Para tal, faz-se necessária a presença de instituições de ensino e pesquisa, assim como atividades públicas ou privadas de incentivo à pesquisa. O parque produtivo então passa a ser beneficiado pelo sistema de ciência e tecnologia, podendo incorporar avanços de técnica e produtividade, agregando mais valor à produção e elevando o potencial de atração de investimento em áreas intensivas em tecnologia.</p>				
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana, distritos e localidades rurais.				
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	ECONÔMICO				
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS</b>					
<b>1</b>	Elaborar estudo, em parceria com instituições como o SENAI, SESI, SEBRAE, para avaliar as dotações internas municipais de mão de obra, dinâmica econômica e assim reavaliar as ofertas de cursos técnicos no município e promover o redirecionamento para os setores alvo.				
<b>2</b>	Implementar Parque Tecnológico e de Inovação no município para desenvolvimento de novas tecnologias, incubadoras e principalmente qualificar a mão de obra local.				
<b>3</b>	Fortalecer a articulação entre a Prefeitura e as instituições e/ou órgãos de pesquisa e assistência técnica como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná <sup>5</sup> (IDR-PR – IAPAR/EMATER), Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EMATER), Sistema Nacional de Emprego (SINE), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de				

<sup>5</sup> O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar - Emater (IDR-Paraná) foi criado pela Lei Estadual n. 20.121/2019. Ele é resultado da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agropecuário do Paraná (Iapar). Os quatro órgãos deixaram de existir como instituições autônomas, formando uma única entidade vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

	Aprendizagem do Transporte (SENAT), Sindicatos, Associações e Conselhos Municipais e Universidades com o objetivo de potencializar e conferir maior racionalidade em suas ações, principalmente àquelas relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de empreendedores e profissionais das mais diversas áreas econômicas.
<b>4</b>	Firmar convênios com a EMBRAPA, SEBRAE, IDR-PR (IAPAR/EMATER), SENAC, SESI, SENAI, SENAR, SEST/SENAT e outros órgãos governamentais e não governamentais para facilitar cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão de obra local mais qualificada, formando trabalhadores capazes de criar conhecimento, difundi-los na sociedade, utilizá-lo para assegurar inovação, produtividade, qualidade e, conseqüentemente, competitividade.

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

### QUADRO 26: DESENVOLVIMENTO DO SETOR TURÍSTICO

<b>EIXO (E)</b>	<b>E3 - ECONÔMICO</b>			
<b>DIRETRIZ (D)</b>	<b>D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS</b>			
<b>PROPOSIÇÃO (P)</b>	<b>P4 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR TURÍSTICO</b>			
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	<p>O potencial turístico de União da Vitória, evidenciado por importantes atrativos naturais, culturais e patrimoniais, denota a importância da realização de ações de preservação e valorização destes. Para tanto, torna-se imprescindível a realização do inventário detalhado de todas essas potencialidades, contemplado em um Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico atualizado, assim como o perfil da demanda turística, os roteiros e circuito potenciais, bem como as ações necessárias para dotar os atrativos turísticos com as infraestruturas e estruturas de apoio necessárias.</p> <p>Além disso, o município deverá aumentar sua participação em projetos de desenvolvimento regional; promover ações de comercialização com público final e operadoras de turismo; potencializar a realização de eventos com capacidade de atração de fluxo turístico; incrementar a integração com SEBRAE, SENAC, SENAR para alavancar ações em desenvolvimento; promover políticas públicas específicas de empreendedorismo turístico voltadas à instalação de hotéis, pousadas e restaurantes, ampliando assim, a participação do turismo no orçamento municipal e seu reconhecimento regional e nacionalmente, especialmente no ecoturismo. Em paralelo, são necessárias ações de sensibilização e conscientização da comunidade, por meio de ampla discussão e estabelecimento de estratégias de gestão, qualificação e capacitação de mão-de-obra voltada à área turística.</p> <p>Por fim, tendo em vista os diversos atrativos patrimoniais, culturais, turísticos do município, há grande potencialidade para atração de investimentos externos, podendo ser potencializados a partir da realização do <i>city marketing</i><sup>6</sup>, ou seja, da divulgação das potencialidades municipais para a instalação de empreendimentos prestadores de serviços que atendam a vocação turística (ecoturismo, turismo radical, aquático, esportivo, de aventura, religioso, contemplativo, dentre outros) e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.</p>			
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Sede urbana, distritos e localidades rurais.			
<b>ODS / DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE</b>	<b>ECONÔMICO</b>			

<sup>6</sup> City Marketing é a expressão utilizada quando a cidade é moldada através de identidades e contextos múltiplos, que são canalizados por uma estratégia municipal específica em resposta a fatores de atração como incentivo a certas atividades econômicas, distinção cultural, do patrimônio e do ambiente construído (BARATTO, 2013).

AÇÕES ESPECÍFICAS	
1	Realizar a implantação, ampliação e melhoria dos serviços e equipamentos turísticos do município, com especial destaque ao Morro do Cristo e às cachoeiras integrantes da Rota das Cachoeiras (porção oeste do município);
2	Promover a articulação, integração e parcerias entre a Prefeitura e instituições como o SEBRAE, SENAC, SENAR, MTUR, para promover políticas públicas específicas de empreendedorismo turístico
3	Implantar infraestrutura acessível nos atrativos turísticos e culturais municipais, assim como dos meios de hospedagem
4	Realizar manutenção periódica (restauros e conservação) dos bens patrimoniais tombados (Estação Ferroviária União, Cine Teatro Luz, Escola Estadual Professor Serapião, Locomotiva N. 310, Casa do Coronel Amazonas, Piano Büthlener, Capela São Pedro e São Paulo e Ponte Machado da Costa).
5	Promover a atração de eventos turísticos e culturais (festival gastronômico e da cerveja - Stamtish Vale do Iguaçu), festas típicas do folclore ucranianas, grutas, cachoeiras) de negócios, com um calendário anual.
6	Valorizar e difundir o patrimônio cultura material e imaterial
7	Apoiar a criação de novos produtos/passeios turísticos ligados aos segmentos prioritários da oferta turística municipal e integrados à oferta turística regional.
8	Apoiar e ampliar percurso cicloturístico de União da Vitória, às margens do Rio Iguaçu integrado ao Circuito Interestadual de Cicloturismo do Vale do Iguaçu.
9	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico, contendo o inventário detalhado dos componentes turísticos municipais, bem como as ações, prazos e custos necessários e sua viabilização efetiva.
10	Criar e implantar Plano de Comunicação e Marketing Turístico de União da Vitória, com definição de marca turística, redes sociais, website inteligente, material de divulgação, mapa turístico e calendário de participação em feiras e eventos.
11	Implantar o Centro de Eventos e o Mercado Municipal.
12	Requalificar a Estação Ferroviária União e retomada do passeio de Maria Fumaça para transporte de passageiros.
13	Viabilizar a implantação de Sistema de Monitoramento do Turismo no município.

FONTE: PMUV, 2021. Elaborado por TESE Tecnologia.

## REFERÊNCIAS

CAFRUNE, M. E. **O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos.** Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan.-jun. 2016.

CIAHAB. Companhia Municipal de Desenvolvimento e Habitação de União da Vitória. **Dados gerais sobre os empreendimentos municipais futuros.** União da Vitória, 2021.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros.** O que os gestores municipais precisam saber. Brasília, 2016. Disponível em: <[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos\\_de\\_Developmento\\_Sustentavel\\_nos\\_Municipios\\_Brasileiros.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Developmento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf)>. Acesso em: set. 2021.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS) – Pesquisa das Necessidades Habitacionais (Resumo).** Paraná, 2019a. Disponível em:< [http://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-07/resumo\\_2019\\_pehis.pdf](http://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/resumo_2019_pehis.pdf)>. Acesso em: fev. 2021.

DhESCA. Plataforma DhESCA Brasil. **Direito Humano à Moradia e Terra Urbana.** Coleção Cartilhas de Direitos Humanos - Volume I. Curitiba, 2008. Disponível em: <[https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2014/02/cartilha\\_moradia\\_terra\\_urbana.pdf](https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2014/02/cartilha_moradia_terra_urbana.pdf)>. Acesso em set, 2021.

FUNPAR – Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná. **Prognóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Vertente de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas de União da Vitória/PR.** Curitiba, 2021

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Repositório. Direito à Cidade, Cidades para Todos e a Estrutura Sociocultural Urbana.** Brasília: Ipea, [s.d.]. Disponível em:< <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20%C3%A0%20cidade.pdf>>. Acesso em set, 2021.

JLAA. Jaime Lerner Arquitetos Associados. **Mobilidade.** União da Vitória - Volume 2, fevereiro/2019 (JLAA, 2019b).

MARICATO, E. **The recent urban protests in Brazil.** 2016. Acesso em: 18 jul. 2016.

ROLNIK, R. (Org). **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** São Paulo: FAO/USP, 2012.

TUCCI, C. E. M.. **Avaliação do Efeito de Foz de Areia sobre as enchentes em União da Vitória/Porto União.** CORPREHI, 25 p. 1993.

TUCCI, C. E. M.; VILLANUEVA, A. O. N.. **Controle de Enchentes das cidades de União Da Vitória e Porto União.** CORPREHI, 77 p. 1997.



Elaboração: Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda.

---

Prof.ª Drª Mirna Cortopassi Lobo  
Diretora Geral